

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Big techs pagam 76% menos imposto sobre lucro no Brasil**..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Só rico lê? (Fórum dos leitores)**..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**MP do TCU apura se há desleixo com impostos de igrejas**..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Carf afasta cobrança de 35% de IRRF**..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Supremo decide reiniciar julgamento do terço de férias**..... 10

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Exclusão do ICMS da base do PIS-Cofins (2)**..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Povo perde dinheiro, Bolsonaro ataca (2)**..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**FMI defende 'imposto solidário' para quem lucrou na pandemia**..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**TCU quer que equipe econômica explique falhas no Orçamento**..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Guedes teve mais de 2 meses para recalibrar Orçamento**..... 17

O GLOBO - RJ - MUNDO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Biden defende aumento de impostos para empresas**..... 20

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Fatos desmentem boatos sobre vacinas - POLÍTICA MAIS**..... 21

DIÁRIO DO PARÁ - PA - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo ignorou R\$ 29 bi para auxílio**..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Fim prematuro de auxílios pode retardar recuperação, diz FMI**..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**FecomercioSP critica governos e afirma que haverá falência recorde de empresas**..... 27

Quinta-Feira, 8 de Abril de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para que ter regras fiscais? (2) ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Covid e falta de peça pararam 50% das fábricas de veículos ..... 30

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Brasil destoa do otimismo para economia global (3) ..... 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Orçamento: Congresso nega acordo e ameaça retaliação ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Preço de commodities energéticas bate recorde ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ativos reagem à declaração de Bolsonaro sobre Petrobras ..... 36

# Big techs pagam 76% menos imposto sobre lucro no Brasil



Fábio Pupo Brasília

As gigantes de tecnologia pagam no Brasil uma tributação sobre o lucro 76% menor do que as demais companhias, aponta levantamento do deputado João Maia (PL RN) com base em dados da **Receita Federal**.

O estudo afirma que companhias como Google e Facebook pagam valores de IRPJ (Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) correspondentes a 4,4% do resultado líquido. Para as demais empresas, o percentual é de 19,1%.

"As grandes empresas de tecnologia têm, em conjunto, um valor de mercado 2,5 vezes o **PIB** [Produto Interno Bruto] brasileiro, mas empregam pouco no país e recolhem menos que as outras empresas. Além de fiscalmente injusto, isso gera uma competição desleal", afirma o deputado em entrevista.

O levantamento, divulgado pelo jornal Valor Econômico, não detalha o valor pago pelas empresas individualmente -pois os dados são protegidos por lei. Em vez disso, o deputado analisou os segmentos em que elas se enquadram no Brasil e considerou apenas as maiores de cada ramo (estabelecendo, como linha de corte, um faturamento anual global acima de R\$ 3 bilhões).

A filtragem resultou em 11 empresas analisadas em quatro grupos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (a CNAE) usados pelas gigantes da tecnologia. O Google, por exemplo, tem CNAE 63

(atividades de prestação de serviços de informação). O Facebook, CNAE 73 (publicidade e pesquisa de mercado).

"Isto aponta no sentido de que as empresas globais de internet que faturam mais de R\$ 3 bilhões anuais pagam, em média, cerca de 25% dos **impostos** sobre o lucro líquido das empresas dos demais setores", afirma o texto do levantamento, assinado por assessores do deputado.

Os autores afirmam que a discrepância de tributação com as demais empresas ocorre porque as multinacionais podem enviar seus lucros para jurisdições nas quais são tributadas por alíquotas efetivas mais baixas. "Esse deslocamento de lucros do Brasil para outros países faz com que elas paguem menos **impostos**", afirmam.

Ao enviar recursos ao exterior, no entanto, as empresas acabam pagando **impostos** ao Brasil. Mesmo assim, os autores do levantamento lembram que valores remetidos podem muitas vezes ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ e CSLL (o que, na prática, representaria uma troca de uma tributação no Brasil de 34% por uma de 15% na remessa).

Com o objetivo de compensar os efeitos, Maia apresentou há quase um ano um projeto de lei (2.358/2020) que cria uma Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) a ser cobrada somente das empresas de tecnologia multinacionais com faturamento global acima de R\$ 3 bilhões.

Seria aplicada uma alíquota de 1% a 5% sobre o faturamento bruto, e os recursos seriam destinados a um fundo para financiar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Não seria cobrada a empresa de tecnologia que só atue no Brasil porque, segundo o deputado, ela não teria como deslocar o lucro para filiais no exterior.

Procuradas, as grandes empresas de tecnologia dizem que pagam devidamente suas obrigações.

"O Google é um importante contribuinte no Brasil. Atuamos em acordo com todas as legislações tributárias locais e pagamos regularmente todos os **impostos** que são devidos por empresas de

tecnologia no Brasil, nos níveis federal, estadual e municipal", afirma a empresa em nota.

"O Facebook está entre os grandes contribuintes do Brasil e recolhe os mesmos **tributos** federais que outras empresas do setor de **serviços**, inclusive com as mesmas alíquotas e bases de cálculo" diz o Facebook em nota.

A Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação) preferiu não fazer comentários neste momento, afirmando que o tema é complexo e que os dados demandam uma análise mais profunda.

No Ministério da Economia, o assunto das gigantes de tecnologia não vem sendo debatido pelos integrantes da pasta nas discussões de **reforma tributária** mesmo após o ministro Paulo Guedes (Economia) sinalizar, em outubro do ano passado, uma possível iniciativa do tipo.

De acordo com membros da equipe econômica ouvidos pela Folha, não há mudanças estudadas pelo Executivo em relação ao tema. Procurada, a **Receita Federal** preferiu não se manifestar.

Em todo o mundo, a tributação sobre empresas de tecnologia e demais multinacionais vem sendo alvo de esforços por mudanças.

Janet Yellen, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, defendeu na segunda-feira (5) a adoção de uma alíquota mundial mínima para os **impostos** sobre as empresas, dando a largada nos esforços do governo Biden para ajudar a elevar a arrecadação dos Estados Unidos e impedir que empresas transfiram lucros para fora do país a fim de escapar dos **impostos**.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em uma ação coordenada com os Estados Unidos, vem trabalhando para desenvolver uma nova arquitetura tributária internacional que incluiria uma alíquota mundial mínima para as companhias multinacionais para combater a transferência de lucros para jurisdições favoráveis.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

90

## Só rico lê? (Fórum dos leitores)

### I Receita Federal

Li com apreensão sobre a **reforma tributária** proposta pela **Receita Federal**, que retira a isenção de **tributos** sobre livros. Essa isenção decorre do artigo 150, VI, d, da Constituição federal, que dispõe ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir **impostos** sobre livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão. Como tem decidido o STF em numerosos acórdãos, a imunidade tributária do livro tem por escopo evitar embaraços ao exercício da liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, bem como facilitar o acesso da população à cultura, à informação e à educação.

Lamentável a alegação da **Receita Federal** de que só rico lê para justificar o fim da imunidade. JOHN F E R E N Ç Z M C N A U G H T O N JOHN@MCNAUGHTON.COM.BR SÃO PAULO

Elitizar a educação

Não isentar o livro de tributação porque só rico lê, como alega a **Receita Federal**, é a inversão dos fatos. Metade dos livros no Brasil é comprada pelo governo para a educação, ao preço médio de R\$ 6 por unidade.

Os livros no mercado têm tiragens baixas e, em média, preços mais altos, porque bibliotecas não compram, como em outros países, justamente para oferecer sua leitura a quem não tem meios. Se fosse como a Receita argumenta, não teríamos livrarias falindo e editoras fechando.

Mas é exatamente o contrário, se tributar, aí, sim, vai se elitizar, e não popularizar, a educação.

A alegação de que o imposto irá para políticas públicas, sabemos como funciona... Vimos com a CPMF, que era destinada à saúde e nunca foi. A Receita é insaciável e continua a ser um Estado dentro do Estado, que nenhum governo conseguiu dominar. Nunca pensa nas consequências de longo prazo. INGO PLOGER IPLOGER@IPDES.COM.BR SÃO PAULO

Carrossel de **impostos**

Emaranhado de leis, absurdas e danosas inconsistências jurídicas, lei de impunidade, total desmoralização do combate à corrupção.

A nós que com o suor de nosso trabalho já sustentamos um verdadeiro carrossel de **impostos**, só resta esperar carga tributária ainda maior. HUGO J O S E P O L I C A S T R O HJPOLICASTRO@TERRA.COM.BR SÃO CARLOS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# MP do TCU apura se há desleixo com impostos de igrejas



Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Após um perdão milionário de **tributos** em favor das igrejas, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) ingressou com uma representação para que a Corte apure se há "desídia administrativa" (desleixo) na cobrança dessas dívidas.

A peça cita reportagem do Estadão/ Broadcast, que revelou que as entidades religiosas acumulam R\$ 1,9 bilhão em débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU). Algumas delas deixaram de pagar à União até mesmo a contribuição previdenciária e o Imposto de Renda já descontados do salário do empregado.

No mês passado, o Congresso derrubou um veto presidencial que, na prática, perdoou mais de R\$ 500 milhões em dívidas das igrejas relacionadas à Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). A derrubada do veto teve o aval do presidente Jair Bolsonaro, que só não sancionou esse trecho da lei porque temia ser acusado de crime de responsabilidade, uma vez que o impacto não era previsto no Orçamento.

O veto também tem como efeito isentar daqui para frente as igrejas de cobrança da CSLL. Até 2024, esse dispositivo levará a União a abrir mão de R\$ 1,4 bilhão em receitas, segundo cálculos oficiais.

Para o autor da representação, o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, é preciso verificar se estaria ocorrendo "desídia administrativa de autoridades", isto é, se elas estão sendo lenientes e descuidadas na cobrança de dívidas tributárias de entidades religiosas. As autoridades competentes nesses casos são a **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O documento cita ainda o lobby das igrejas para obter vantagens na cobrança de **tributos**.

Como revelou o Estadão/ Broadcast no ano passado, Bolsonaro promoveu uma reunião entre o deputado federal David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, e o secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, para discutir os débitos das instituições religiosas.

"Incumbe ao controle externo adotar as medidas cabíveis no sentido de verificar se não estaria ocorrendo influência indevida sobre os órgãos responsáveis pela cobrança dessa dívida tributária", afirma a representação.

O procurador diz que também é importante averiguar se as dívidas das entidades religiosas "estariam tendo ou não o devido e isonômico tratamento que incumbe à **Receita Federal** e à PGFN adotar ou se estariam sendo preteridas nas ações e cobranças cabíveis como fruto de favorecimento político por parte do atual governo".

Nessa hipótese, segundo Furtado, a ausência de motivação técnica e legítima para a diferenciação poderia caracterizar desvio de finalidade, com prejuízos para os cofres públicos.

A representação por si só não desencadeia a abertura de um processo na Corte de contas.

Antes, o pedido é analisado pela presidente do TCU, ministra Ana Arraes, que pode acatar ou não a solicitação.

Pendência

R\$ 500 mi em dívidas das igrejas relacionadas à CSLL na prática foram perdoadas quando o Congresso derrubou no mês passado veto presidencial

**Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Carf afasta cobrança de 35% de IRRF



Maurício Faro: não se pode cobrar IRRF quando o beneficiário é identificado

*Adriana Aguiar De São Paulo*

Um hotel conseguiu no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** afastar a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre pagamentos a prestadores de serviços considerados irregulares pela **Receita Federal** - sem comprovação de finalidade ou da execução. A decisão é a primeira favorável ao contribuinte após o fim do voto de qualidade e chama a atenção por envolver tese também usada contra autuações geradas com a Operação Lava-Jato.

A Receita costuma autuar e cobrar 35% de IRRF quando entende que não existem provas sobre a alegada prestação de serviços, ainda que se declare o destinatário do pagamento. Essa cobrança está fundamentada no artigo 61 da Lei nº 8.981, de 1995.

Por meio desse dispositivo, a **Receita Federal** tem cobrado **tributos** inclusive sobre propinas pagas na Operação Lava-Jato. Até então, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vinha vencendo a discussão. De acordo com o órgão, todos os julgamentos foram favoráveis, "ainda que parcialmente". Cobra-se **tributos** que deixaram de ser pagos, dentre outros motivos, em razão de informações e valores falsos ou inexistentes declarados ao Fisco.

O caso julgado no **Carf** é de um hotel do interior do Rio de Janeiro, que não foi alvo da operação.

A autuação é referente a fatos que ocorreram entre 2001 e 2002 e tem valor de R\$ 208 mil, incluídos principal, multa de ofício de 75% e juros de mora.

No caso, a Polícia Federal pediu justificativa, com documentos hábeis e idôneos, de 103 pagamentos efetuados por meio de transferências entre contas e cheques, informando a que fins se destinaram. O hotel apresentou 57 cheques com destinação e finalidade comprovadas, além de 11 cartas para requerer de terceiros documentação para comprovar as operações. Contudo, segundo a fiscalização, em alguns casos o hotel não teria comprovado a finalidade da transferência.

A Delegacia da **Receita Federal do Brasil** de Julgamento (DRJ) no Rio de Janeiro julgou procedente o lançamento da Receita. No **Carf**, o caso foi analisado na la Seção da 2ª Câmara da la Turma. Como o julgamento ficou empatado, foi aplicado o novo artigo 28 da Lei nº 13.988, de 2020. O dispositivo garante vitória ao contribuinte em caso de empate.

Prevaleceu no julgamento o voto da conselheira Gisele Barra Bossa, representante dos contribuintes. Para ela, somente estão sujeitos à incidência de 35% de IRRF os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a beneficiário não identificado.

De acordo com ela, com a identificação dos beneficiários é possível rastrear os pagamentos, "de forma a permitir que a autoridade fiscal averigue se os receptores declararam corretamente tais pagamentos e se os valores foram oferecidos à tributação, atuando eventual omissão de receitas".

Esse tratamento, acrescenta a conselheira em seu voto (processo nº 17883.000059/2006-4), deve ser dado independentemente da causa do pagamento ser lícita ou ilícita. "Ressalte-se que, o racional técnico da presente decisão não pretende trabalhar a licitude ou ilicitude da causa (até por ser irrelevante), mas mostrar que a interpretação pretendida pelo Fisco claramente implica em bitributação econômica, o que é vedado à luz do artigo 3o, do CTN [Código Tributário Nacional]." A decisão é importante, de acordo com o advogado tributarista Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, porque vai na linha de defesa dos contribuintes nesses casos, inclusive das autuações da Lava-Jato. Para ele, não se pode cobrar o IRRF quando o beneficiário é identificado. "Até porque isso seria mais uma penalidade", diz. "Nesses casos, a fiscalização deve ir

atrás do beneficiário para ver se houve o recolhimento do tributo." Essa decisão pode servir de paradigma e a discussão poderá subir para a Câmara Superior, segundo o advogado Diego Miguita, sócio do VBSO Advogados, que atua em casos que tratam da Lava-Jato. "De fato é um importante precedente, que pode vir a ser aplicado nos casos da Lava-Jato que ainda não foram julgados, quando existe a identificação do beneficiário", afirma.

A decisão, para o advogado Reinaldo Ravelli, sócio da área tributária do Trench Rossi Watanabe, "é a mais acertada". "Não se pode exigir tributação da fonte pagadora e do beneficiário, para não ocorrer a chamada bitributação", diz. "Nesses casos, fica claro que o Fisco deve ir atrás do beneficiário." Ravelli chama atenção que a decisão favorável ao hotel ressalta que a própria Lei 8.981, de 1995, não criou distinções sobre origem lícita ou ilícita. Por isso, afirma, esse aspecto não poderia ser levado em consideração.

Em nota, a PGFN afirma que, "segundo a jurisprudência do **Carf**, o lançamento de IRRF com base no artigo 61 da Lei nº 8.981/95 é devido nos casos em que o sujeito passivo não comprovar a efetividade da operação e a causa do pagamento, ainda que haja a identificação formal do beneficiário". O órgão citou pelo menos 11 acórdãos favoráveis (entre eles, o de nº 1201-003.614) e informou que vai interpor recurso.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186788](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186788)

# Supremo decide reiniciar julgamento do terço de férias



Ministro Luiz Fux: caso transferido para julgamento presencial para buscar possibilidade de modulação

**Joice Bacelo Do Rio**

O julgamento sobre a tributação do terço de férias, que se encerraria ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), foi adiado e não há previsão de quando será retomado. Essa suspensão, dizem os advogados, não alivia a situação das empresas. As ações que existem sobre o tema continuarão correndo nos tribunais regionais e poderão ser encerradas de forma contrária aos contribuintes antes de os ministros darem a palavra final.

Trata-se de uma discussão extremamente sensível para o mercado. Pode custar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões para as empresas, segundo projeção feita pela Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat).

O julgamento, no STF, foi interrompido por um pedido de destaque no ministro Luiz Fux. Isso faz com que o caso seja deslocado do Plenário Virtual para o presencial - realizado, atualmente, por meio de videoconferência. Mas não é automático. A inclusão em pauta depende de uma decisão do presidente da Corte, que é o próprio Fux.

Essa movimentação interfere no andamento da discussão. Os votos que foram proferidos durante o julgamento no Plenário Virtual não contam. O placar fica novamente zerado e todos os ministros se posicionam presencialmente, o que abre a possibilidade de mudança de voto.

O Valor apurou que Fux agiu para minimizar o impacto da decisão para as empresas. O placar estava apertado e, segundo auxiliares da presidência, havia o risco de os ministros não aplicarem a chamada "modulação de efeitos", o que permitiria à **Receita Federal** cobrar os valores que deixaram de ser recolhidos nos últimos cinco anos. Fux quer conversar com os demais ministros antes de levar o caso ao Plenário.

Há discussão, internamente, sobre o quórum necessário para aplicar a modulação: se oito ou seis votos. Antes de Fux interromper o julgamento, o placar, no Plenário Virtual, estava em cinco a quatro para as empresas. Faltavam somente os votos dele e de Nunes Marques para que houvesse o desfecho.

A discussão sobre a tributação do terço de férias vem se estendendo desde agosto do ano passado. Os ministros decidiram, naquela ocasião, que as empresas têm que incluir esses valores no cálculo da contribuição previdenciária patronal. Elas obedeceram e, imediatamente, passaram a recolher desta forma.

Mas o que deixou de ser pago até a decisão do mês de agosto ficou em aberto. Essa é a discussão de agora - e que pode gerar a dívida bilionária. O tema está sendo julgado por meio de embargos de declaração (RE 1072485).

A maioria das empresas, segundo os advogados, se encontra "em dívida". Isso por conta de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte havia se posicionado contra a tributação do terço de férias no ano de 2014, em caráter repetitivo- vinculando as instâncias inferiores.

Algumas tomaram esse julgamento como verdade e pararam de pagar o tributo, sem sequer recorrer à justiça, o que as deixa numa situação mais delicada. Outras, mais prudentes, entraram com ação para ter esse direito formalizado.

De agosto para cá, no entanto, uma grande parte viu as suas decisões caindo por terra. Os desembargadores não esperaram pelo julgamento dos embargos de declaração para revertê-las.

Isso acontece por uma determinação do Código de

Processo Civil (CPC). Consta na norma que as decisões proferidas em repercussão geral têm de ser aplicadas logo após a publicação da ata do julgamento. Os tribunais regionais promovem, a partir de então, o que se chama de juízo de retratação.

"A empresa pode pedir para que o seu caso seja retratado após o julgamento dos embargos de declaração. Mas a grande maioria, eu diria 98% desses pedidos, é negada. Existe recurso contra essa decisão. Só que os tribunais têm entendido como uma ação meramente protelatória do contribuinte", diz Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

Por esse motivo, portanto, as ações em andamento podem ser encerradas, com decisão contrária à empresa, antes de o STF definir o caso. Advogados dizem que quanto mais tempo os ministros demorarem para julgar, mais chances haverá de os processos se encerrarem na segunda instância.

O advogado Pedro Ackel, do escritório WFaria, diz que 75% dos clientes que têm ações sobre esse tema já tiveram as suas decisões revertidas nos tribunais regionais. O processo de um único deles, no entanto, transitou em julgado até agora. Todos os demais ainda estão em discussão.

Mas essa movimentação - de decisões revertidas por si só, tem impactado o caixa das empresas. O contribuinte tem até 30 dias, a partir da ciência da decisão, para pagar os valores devidos ao Fisco ou fazer um depósito judicial. Se cumprir esse prazo, ele se livra da multa de ofício, que é de 20% sobre a dívida.

Se os valores não forem recolhidos nem depositados judicialmente, diz Pedro Ackel, a União pode incluir o débito em dívida ativa e cobrá-lo via execução fiscal.

O advogado Leo Lopes, sócio do escritório FAS Advogados, complementa que para as empresas que pararam de recolher o tributo sem autorização judicial - aquelas que se aproveitaram, informalmente, da decisão do STJ - a situação é ainda mais complicada. "Se forem fiscalizadas nesse período, a tendência é que a **Receita Federal** lavre o auto de infração, cobrando todos os valores que deixaram de ser recolhidos com juros e correção, e ainda aplique uma multa de 75%."

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186788](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186788)

# Exclusão do ICMS da base do PIS-Cofins (2)

**Bruno Junqueira**

Em 29 de abril próximo, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará os embargos do processo que trata da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS-Cofins.

Em 2017, durante o julgamento do Tema 69 (Recurso Extraordinário 574.706), o plenário determinou que o ICMS não iria compor a base de cálculo das duas contribuições, que são destinadas ao financiamento da **segurança social**. A decisão foi fundamentada no entendimento de que o valor arrecadado a título de ICMS não pode ser considerado como receita ou faturamento, portanto, não se incorpora ao patrimônio do contribuinte. O processo, inclusive, já possui repercussão geral reconhecida.

Agora, o STF necessita julgar os embargos de declaração da Advocacia-Geral da União (AGU), que solicita a intitulada "modulação", para que a decisão só tenha efeitos depois do julgamento do recurso. Dessa forma, também se procura afastar a possibilidade de autorização de compensações ou restituições de valores pagos anteriormente à data do julgado. No entanto, se as mesmas forem outorgadas, a AGU requer a concessão do direito de criar e estabelecer regras gerais para essas práticas.

A instituição ainda afirma que a exclusão do ICMS deve ser aplicada sobre o que é realmente pago e não sobre os valores destacados nas notas fiscais de saída. O pedido foi pautado pela alegação de que a negativa da modulação gerará impactos financeiros e orçamentários aos cofres públicos, transferências aleatórias de riqueza social e problemas operacionais para a sua aplicação retroativa.

A exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins foi muito positiva não só para as empresas, mas também para os contribuintes. A decisão possibilitou a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos e cessou a obrigatoriedade de pagamento no presente e futuro. Essa determinação possui grande peso, pois representa a restituição de bilhões que foram cobrados pela **Receita Federal** na forma de um imposto inconstitucional, ou seja, um tributo impróprio e que nunca deveria ter sido cobrado do contribuinte.

Na hipótese de aprovação da modulação dos efeitos da decisão, somente as pessoas que ingressarem com ação até 29 de abril poderão resgatar tudo aquilo que

foi pago a mais nos últimos cinco anos. Os contribuintes que não acionarem a Justiça até essa data perderão o direito de receber esses valores. A aceitação desses embargos pode desqualificar tudo o que foi realizado no decorrer dos últimos anos e acarretará consequências catastróficas às empresas que, apoiadas na determinação da corte, não fizeram o recolhimento e neutralizaram o indébito daquilo que categoricamente foi declarado inconstitucional.

A modulação da decisão pode abalar a credibilidade no sistema judiciário nacional, afastar o investimento estrangeiro no mercado empresarial brasileiro e incentivar a criação de leis inconstitucionais. Não é possível prever qual será o veredito do STF, pois o fisco e a Fazenda Nacional não estão em boa situação financeira, mas decisões recentes demonstram que tribunais regionais ainda estão se posicionando de forma favorável aos contribuintes.

Um dos exemplos é a determinação da 48 Turma do Tribunal Regional Federal da 38 Região, que em um processo movido por uma empresa de equipamentos industriais concedeu a ordem, em primeira instância, para afastar o cumprimento da Solução de Consulta Interna Cosit 13 e seguiu o entendimento de que todo o ICMS faturado deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins. Por fim, acredito que a modulação é inaceitável, pois pretende alterar algo que já foi avaliado, julgado e colocado em prática em várias empresas do país.

Bruno Junqueira, Advogado e sócio do escritório BLJ - Consultoria Tributária e Empresarial

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Povo perde dinheiro, Bolsonaro ataca (2)

**Vinicius Torres Freire** *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Renda de benefícios cai, restrições da epidemia crescem, presidente perde votos

Até março de 2020, a soma de certos dinheiros que o governo federal transfere para pessoas físicas era de R\$ 69 bilhões por mês. Em abril, essas transferências passaram para R\$ 105 bilhões, graças ao auxílio de renda do período de epidemia. No pico, em junho, foram a R\$ 149 bilhões mensais. Em janeiro e fevereiro deste ano, a média desses pagamentos regredira a R\$ 69 bilhões mensais.

Os brasileiros voltaram a sacar dinheiro das cadernetas de poupança nos primeiros três meses do ano. Tomaram menos empréstimos nos bancos no primeiro bimestre. A renda disponível para consumo caiu para a massa de pessoas sem ganhos do capital ou de aplicações financeiras.

As transferências do governo federal são benefícios de **INSS**, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC, para idosos e deficientes muito pobres), abono salarial, seguro-desemprego e alguns outros quebrados.

Essas transferências foram engordadas pelo auxílio emergencial, pelo programa de complementação de salário (BEM) e por antecipações da data de pagamento de benefícios. Não estão incluídas nessa conta aposentadorias de servidores (que variam pouco a curto prazo) e transferências estaduais e municipais -as extraordinárias da epidemia, em particular, não devem ter aumentado até fevereiro, porém.

A popularidade de Jair Bolsonaro chegou ao auge entre agosto e outubro do ano passado, quando os auxílios ainda eram grandes, a renda do trabalho se recuperava um pouco e eram relaxadas medidas sanitárias de restrição de movimento e aglomeração. Des de janeiro, o prestígio de Bolsonaro cai.

A despiora da economia e da situação do trabalho compensou em parte o fim dos benefícios emergenciais -na média. Na realidade, muita gente ficou sem auxílio e continuou sem trabalho, em particular os mais pobres. O descompasso tem um efeito econômico (os pobres consomem sua renda inteira ou quase isso) e sociopolítico, óbvio.

A pobreza voltou a aumentar, de setembro até o fim do ano (não há dados mais recentes para fazer as contas. Difícil que não tenha aumentado). Há sinais de estresse entre os remediados (entre pobres, há fome).

A poupança perde dinheiro, embora os saldos ainda sejam grandes. Até março de 2020, o total acumulado na poupança crescia ao ritmo de uns R\$ 20 bilhões. Em março deste 2021, ainda havia nas contas R\$ 120 bilhões a mais que em março de 2020, mesmo depois do saque total de R\$ 27,5 bilhões no primeiro trimestre. Mas há saques.

O governo federal pretende pagar uns R\$ 44 bilhões nos três meses desta rodada de auxílio emergencial. Era o que pagava, por mês, de maio a agosto de 2020. Ou o que pagou em setembro e outubro de 2020. O auxílio valerá menos também porque foi comido pela **inflação**.

O receio de gastar ("poupança precaucional"), o medo da morte e as restrições oficiais de movimento vão derrubar consumo, renda e emprego (saberemos quanto apenas lá por junho).

Bolsonaro não vai poder contar com auxílios e o efeito de alívio da reabertura da economia no terceiro trimestre de 2020, se foram de fato esses os motivos da recuperação da sua popularidade. Tal vez por isso ora ponha fogo na sua campanha eleitoral golpista permanente.

Nesta quarta-feira (7), reclamou de novo da Petrobras, atacou os lockdowns; ameaçou botar as Forças Armadas na rua contra o tumulto social e outros horrores do repertório. Antes de jantar com empresários, vomitava no país.

Se o motivo da ofensiva é esse mesmo, o trimestre por vir será mais tenso. Como se isso ainda fosse possível.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49490>

# FMI defende 'imposto solidário' para quem lucrou na pandemia

As empresas de alta renda e as pessoas que prosperaram na crise do coronavírus deveriam pagar **impostos** adicionais para mostrar solidariedade aos que foram mais afetados pela pandemia, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um imposto temporário ajudaria a reduzir as desigualdades sociais que foram exacerbadas pela crise econômica e de saúde do ano passado, afirmou o Fundo em seu relatório semestral Monitor Fiscal, divulgado ontem.

Vitor Gaspar, chefe de Assuntos Fiscais do FMI, disse ao jornal Financial Times que um aumento simbólico na tributação daqueles que prosperaram no ano passado fortaleceria a coesão social, mesmo que não houvesse uma necessidade urgente de reparar as finanças públicas.

Os países devem considerar esta política, defendeu Gaspar, pois ela ajudaria a aumentar a percepção de seus cidadãos "de que todos contribuem para o esforço necessário para a recuperação da Covid-19."

O FMI lembrou que a desigualdade aumentou na pandemia, uma vez que os mais jovens e os mais pobres foram mais afetados, com risco muito maior de perder seus empregos e sua renda.

Economias avançadas com sistemas tributários robustos devem elevar as alíquotas máximas de Imposto de Renda por um período, afirmou o FMI, citando como exemplo o imposto de solidariedade adotado na Alemanha após a reunificação.

## VACINA COMO POLÍTICA FISCAL

Além disso, segundo o FMI, deveria ser considerado um imposto especial sobre o lucro para empresas que obtiveram retornos excepcionalmente altos em 2020.

"O impacto simbólico desse tipo de contribuição é muito importante", disse Gaspar ao FT, lembrando que, "em circunstâncias muito excepcionais, onde a solidariedade social desempenha um papel particularmente forte."

O apelo do FMI ocorre apesar de a maioria dos países não estar enfrentando uma crise em suas finanças públicas. Os níveis de endividamento das economias

avançadas devem se estabilizar após a pandemia, prevê o Fundo, depois de terem aumentado drasticamente no ano passado, com as medidas de estímulo adotadas contra a pandemia.

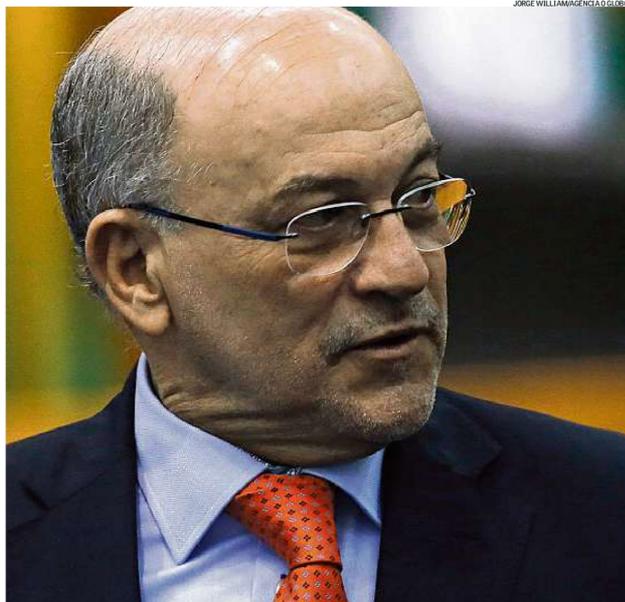
Na entrevista coletiva para apresentar o Monitor Fiscal, Gaspar ressaltou que "as desigualdades preexistentes tornaram a Covid-19 pior, mas, ao mesmo tempo, a Covid-19 agravou as desigualdades":

- Esse círculo vicioso ameaça abrir uma rachadura sísmica no tecido social. Para preservar a confiança e a coesão social, o Capítulo 2 (do Monitor Fiscal) faz um apelo por políticas redistributivas mais fortes e para acesso universal a serviços públicos básicos, de saúde, educação e **seguridade social**.

Ao FT, Gaspar disse ainda que a imunização é a política fiscal imediata mais importante, e os países precisam investir na produção e distribuição das vacinas contra a Covid-19. A vacinação, afirmou, "provavelmente será o projeto de investimento global com o maior retomo já considerado."

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# TCU quer que equipe econômica explique falhas no Orçamento



Cedraz: relator das contas presidenciais de 2021, teria um conflito de competência com Bruno Dantas

**Murillo Camarotto, Fabio Graner, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi**

Audidores do Tribunal de Contas da União (TCU) querem fazer uma diligência no Ministério da Economia para averiguar possíveis erros e omissões nas estimativas de despesas obrigatórias constantes no Orçamento de 2021. A fiscalização também pretende identificar inobservâncias de normas constitucionais na peça que está no centro de uma disputa entre o governo e o Congresso.

No dia 29, um grupo de parlamentares pediu ao TCU que se posicionasse oficialmente sobre o texto do Orçamento, chamado de "peça de ficção". Um relatório preliminar da Secretaria de Macro-avaliação Governamental, responsável pela análise, foi concluído anteontem e foi encaminhado ao ministro Bruno Dantas.

De acordo com os técnicos, somente uma diligência no ministério poderá reunir as informações necessárias para o parecer solicitado pelos congressistas. Há, no entanto, alguns alertas. O documento, ao qual o Valor teve acesso, menciona que um possível cancelamento de despesas com previdência, abono salarial ou seguro-desemprego, por exemplo, poderia sujeitar o Orçamento a algum controle de constitucionalidade.

"Nesse sentido, o cancelamento de despesas obrigatórias, especialmente as da **seguridade social**, pode não guardar afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original", o que, no caso de se confirmar, poderia sujeitar a matéria ao controle de constitucionalidade pelos Poderes competentes", explica o documento.

Os técnicos alegam, todavia, não ser possível dizer com as informações disponíveis no atual estágio em que as peças se encontram nos autos - se houve ou não alguma inobservância de norma ou diretriz constitucional.

A sugestão é de que o Ministério da Economia explique, por exemplo, o tamanho das dotações primárias consignadas no Orçamento para benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-desemprego e compensações à Previdência pelas desonerações da folha.

Outro questionamento do relatório se refere ao montante das despesas primárias que excedam o teto de gastos públicos, "adotando-se como premissa a necessidade de se consignar dotações em montante suficiente para a cobertura de todas as despesas obrigatórias referentes ao ano de 2021".

O TCU também quer que Paulo Guedes detalhe quais medidas foram adotadas para assegurar "a plena compatibilidade da programação orçamentária com as regras fiscais, a meta de resultado primário, a "Regra de Ouro" e o "Teto de Gastos" considerando, para tanto, as estimativas mais atualizadas acerca da arrecadação de receitas primárias no exercício de 2021".

A lista de questionamentos a serem encaminhados soma oito itens. Antes da diligência, no entanto, a presidente do TCU, Ana Arraes, terá que definir com quem ficará a relatoria do processo. A área técnica do tribunal apontou um suposto conflito de competências entre os ministros Bruno Dantas e Aroldo Cedraz, este último relator das contas presidenciais de 2021.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), elevou o tom e afirmou que aguarda uma posição do governo federal para que o impasse em relação ao Orçamento seja superado ainda hoje. A cobrança foi feita depois que Palácio do Planalto sinalizou que será

difícil escapar do veto pelo menos parcial da peça. Segundo o Valor apurou, Lira também alertou o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, que um eventual veto integral do Executivo às emendas parlamentares de responsabilidade do relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), pode impor dificuldades para a aprovação de medidas prioritárias no Congresso.

Lira prefere a sanção sem vetos, para posterior adequação. No entanto, a intenção de auxiliares do presidente Jair Bolsonaro é protegê-lo de problemas com eventuais interpretações de que a sanção poderia implicar no cometimento de irregularidades fiscais, ensejando riscos de processos como impeachment ou reprovação de contas, com risco de inelegibilidade.

O Ministério da Economia tem defendido que se vete o Orçamento alegando esses riscos, além das pressões da área técnica que não quer sofrer processos na execução de uma peça que está com valores subestimados para as despesas obrigatórias e que exigirá um corte gigantesco de gastos, que poderia travar a máquina pública.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Guedes teve mais de 2 meses para recalibrar Orçamento

*Thiago Resende, Bernardo Caram e Fábio Pupo Brasília*

Apesar de dizer que o prazo para pedir ajustes no projeto de Orçamento de 2021 estava apertado, o ministro Paulo Guedes (Economia) teve mais de dois meses entre a consolidação de dados e a votação da proposta no Congresso.

Na segunda (5), Guedes disse que aversão original do Orçamento, enviada em agosto, ficou defasada por causa dos impactos da Covid na economia.

A **inflação**, por exemplo, acelerou e elevou despesas vinculadas ao salário mínimo, como as aposentadorias. Seria possível então apresentar uma atualização dos cálculos.

"Só que isso leva de 20 [dias] a 30 dias para você fazer", argumentou Guedes a respeito de o ministério não ter apresentado o pedido de ajuste. "Não adiantava nada fazer uma [mensagem] modificativa [para ajustar a proposta] em uma semana porque ela também seria muito equivocada."

Só que os principais dados para essas contas foram divulgados no início do ano -mais de dois meses antes da votação.

A aprovação do Orçamento, que geralmente é em dezembro, foi adiada para março, dando mais tempo ao governo.

Já em dezembro, conforme a Folha publicou, a equipe de Guedes tinha um cálculo preliminar de que seria necessário cortar R\$ 20 bilhões para evitar o estouro do teto de gastos -norma que limita o crescimento das despesas públicas.

A necessidade de cortes foi observada porque a proposta de Orçamento original foi elaborada em agosto, antes de a **inflação** acelerar e impactar o salário mínimo, que, por sua vez, embasa despesas com aposentadorias e benefícios como seguro-desemprego.

A proposta enviada ao Congresso considerava 2,09% para o INPC mas o indicador fechou 2020 em 5,45%.

Mesmo assim, o Ministério da Economia não enviou um **comunicado** oficial ao Congresso sobre a

necessidade de calibrar as despesas com base no novo cenário -nem em 12 de janeiro, quando o INPC foi divulgado, nem em março, quando o projeto ainda não havia sido votado.

O Orçamento de 2021 foi, então, aprovado com recursos abaixo do mínimo para pagamentos obrigatórios, como aposentadorias e seguro-desemprego.

Em videoconferência na segunda, Guedes disse que, se a mensagem modificativa fosse enviada pelo governo, o Orçamento seria praticamente feito e que não adiantaria fazer alterações em uma semana porque os parâmetros econômicos ficariam errados.

"Era muito mais rápido você disparar o relatório bimestral, que já avisa todos esses problemas, recalibrar tudo isso e não coloca em risco parâmetros que não estavam fechados ainda", disse.

O relatório bimestral de avaliação das contas do ano, que recalcula os parâmetros econômicos e atualiza previsões de receitas e despesas, foi apresentado pela Economia dois dias antes da votação final do Orçamento.

Técnicos do Congresso afirmam que seria impossível atualizar o texto com os novos indicadores nesse prazo.

Como o Orçamento do ano ainda não havia sido aprovado, o ministério cogitou até não apresentar o relatório bimestral. Na última hora, recuou e apresentou o documento. A conclusão foi a necessidade de um corte de R\$ 17,6 bilhões em despesas -valor próximo do cálculo preliminar de R\$ 20 bilhões apontado em dezembro.

No primeiro ano de governo, Guedes adotou uma postura diferente. Foi enviado um documento, chamado de mensagem modificativa, em novembro de 2019, pouco depois da aprovação da reforma da Previdência, já considerando os efeitos da medida nas contas do Orçamento de 2020.

As alterações, na ocasião, foram bem amplas, envolvendo diversas áreas, como os gastos com pessoal, investimentos, juros e amortização da dívida pública. No total, a mensagem cortou a despesa do

governo em 3,5% em relação ao projeto original.

Na proposta para o Orçamento de 2020, foram ajustados parâmetros econômicos, com mudança na previsão de **PIB**, **inflação**, câmbio, juros médios e salário mínimo.

Quase um mês após a mensagem modificativa, o Orçamento de 2020 foi aprovado pelo Congresso com os ajustes apresentados por Guedes.

O Ministério da Economia não quis explicar a mudança de posição e a ausência de pedido de atualização do Orçamento de 2021.

Congresso ameaça retaliar governo se houver veto a emenda

Na disputa pelo Orçamento, a cúpula do Legislativo avisou ao presidente Jair Bolsonaro que, se forem vetadas emendas parlamentares prometidas em março, o Palácio do Planalto enfrentará resistências na aprovação de projetos de interesse do governo ao longo do ano.

O alerta foi feito em reunião, na terça (6), do ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Segundo relatos feitos à Folha, Ramos foi **comunicado** de que o acordo tem de ser cumprido.

O recado foi que, caso o montante prometido em março sofra cortes na sanção da proposta por Bolsonaro, líderes partidários poderão retaliar o governo em votações futuras. A ameaça foi transmitida ao presidente, que pretendia discutir o assunto ainda nesta quarta-feira (7), em São Paulo, como ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em março, o Executivo prometeu mais R\$ 16,5 bilhões em emendas a aliados em troca da aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que prevê medidas de controle de aumento de despesas e liberou a nova rodada do auxílio.

A equipe econômica, no entanto, reclama que o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), extrapolou o acordo e, no final, o acréscimo foi de R\$ 29 bilhões -que foram distribuídos em negociações políticas e classificados como emendas de relator à proposta orçamentária.

Desde o fim de semana, a articulação política do Planalto tentava convencer a cúpula do Congresso a abrir mão de mais emendas -num valor acima dos R\$ 13 bilhões que foram considerados insuficientes pela equipe econômica.

Um corte de emendas acima de R\$ 13 bilhões poderia prejudicar a promessa feita em março. Na reunião com Lira e Pacheco, Ramos também recebeu queixas sobre o desgaste da imagem do Congresso diante do impasse em torno do Orçamento.

Na visão da cúpula do Poder Legislativo, deputados e senadores estão sendo apontados como responsáveis pelos problemas na proposta orçamentária, que precisa ser sancionada até dia 22 de abril. A demora em uma definição retomou a pressão no centrão por uma troca de Guedes.

Após ter recebido o recado, Ramos se encontrou no fim da tarde da terça-feira (6) com a ministra da Secretaria de Governo, Flavia Arruda, para discutir uma solução. Diante de um impasse, os dois ministros se reuniram na tarde desta quarta com Guedes, no Palácio do Planalto.

No encontro, segundo assessores palacianos, os três ministros avaliaram outros pontos que poderiam ser vetados da proposta orçamentária para viabilizar a preservação das emendas parlamentares. Uma decisão, contudo, só deve ser tomada no retorno à capital federal de Bolsonaro.

Nesta quarta, ao chegar à Câmara, Lira defendeu que o acordo seja "honrado na sua plenitude de parte a parte".

No final de semana, os ministros palacianos tinham a avaliação de que o clima entre Guedes e Congresso melhorara com a indicação de Bolsonaro de que a proposta teria vetos parciais, mas preservaria as demandas dos congressistas.

Mas isso mudou. Recentemente, a equipe econômica demonstrou resistência na sanção de pontos apresentados como fundamentais por deputados e senadores.

Membros da ala política tentam convencer Bolsonaro de que é importante fazer um aceno aos parlamentares. Com isso, além de limitar o risco de impeachment, o presidente ganharia apoio para a análise de propostas de interesse do governo.

Na lista de prioridades, estão propostas de difícil articulação e que dependem de amplo apoio parlamentar para serem aprovadas. A equipe econômica quer aprovar neste ano, por exemplo, a reforma administrativa, pontos da **reforma tributária** e propostas que viabilizam a privatização da Eletrobras e dos Correios.

Ministro é apelidado de navio que encalhou em Suez

por travar acordo no Orçamento

Paulo Guedes passou a ser chamado, em caráter reservado, de "Evergreen", nome da empresa cujo navio bloqueou o canal de Suez.

Para deputados e senadores, o ministro tem impedido um acordo para o Orçamento.

A embarcação, de 400 m de comprimento, encalhou em 23 de março, interrompendo uma das rotas comerciais mais importantes do mundo durante seis dias. O entrave inspirou o centrão a apelidar o ministro com o mesmo nome, numa crítica à resistência de Guedes em aceitar a demanda por emendas no Orçamento e, assim, destravar um acordo para a sanção da peça.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**90**

# Biden defende aumento de impostos para empresas

O governo de Joe Biden revelou ontem detalhes de sua proposta de **reforma tributária**, que inclui aumentos dos **impostos** das empresas, com o objetivo de ajudar a financiar a agenda econômica da Casa Branca. O plano, descrito em um relatório do Departamento de Tesouro, esvazia, no entanto, a proposta de um imposto mínimo global, ao aplicar essa taxa a menos de 50 corporações multinacionais.

Biden defendeu o plano em um discurso no qual questionou republicanos que têm criticado os aumentos de **impostos** e disse que está "farto de ver pessoas comuns sendo roubadas". Ele afirmou estar disposto a discutir as melhores formas de financiamento do pacote de infraestrutura de US\$ 2,3 trilhões apresentado na semana passada, mas ressaltou que sua aprovação pelo Congresso é "inevitável".

- Não estamos abertos a não fazer nada. A inação simplesmente não é uma opção.

O democrata disse que nenhum americano que ganhe menos de US\$ 400 mil anuais pagará mais taxas. Ele justificou o aumento de **impostos** para as empresas chamando a atenção para o fato de que eles permanecerão em patamar inferior à alíquota cobrada até 2016. Em 2017, o então presidente Donald Trump diminuiu os **impostos** corporativos de 35% para 21%. A nova proposta os fixa em 28%

- Todos concordamos há cinco anos que deveriam cair para 28%, mas eles [os republicanos] os reduziram para 21%. Vamos aumentá-los novamente para 28%. Ninguém pode reclamar disso - disse Biden. - Onde estava a indignação na época? Não estou tentando punir ninguém, mas, droga, talvez seja porque venho de um bairro de classe média, estou farto de ver pessoas comuns sendo roubadas.

Prevê-se que os aumentos de **impostos**, se aprovados, gerem uma receita de US\$ 2,5 trilhões em 15 anos - cerca de 10% a mais do que o custo do plano de infraestrutura, descrito pelo governo como o maior investimento para a criação de empregos desde a Segunda Guerra Mundial.

O plano também reprime a capacidade de grandes corporações de transferir lucros entre países em seus balanços em busca de **impostos** mais baixos. O

financiamento do pacote inclui um novo imposto mínimo global e penalidades severas para empresas que tentarem transferir lucros dos EUA para paraísos fiscais. Essas empresas não seriam mais capazes de usar incentivos fiscais para eliminar completamente seus **impostos** federais e teriam que pagar pelo menos 15% sobre o lucro reportado em suas demonstrações financeiras, conhecido como lucro contábil.

A proposta dessa taxa, no entanto, foi esvaziada no plano do Departamento do Tesouro. Agora, ela se aplicaria apenas a empresas que faturam pelo menos US\$ 2 bilhões anuais, em vez de um piso de US\$ 100 milhões, como estava previsto no plano tributário da campanha de Biden. Cerca de 45 empresas pagariam o novo imposto, informou o relatório.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Fatos desmentem boatos sobre vacinas - POLÍTICA MAIS

**ROSANE DE OLIVEIRA**

Pense com a cabeça, e não com o fígado ou com o coração de militante político: o que ganharia um governador retendo vacinas que já deveriam ter sido aplicadas nos cidadãos do seu Estado? Nada. Ao contrário, apenas se desgastaria. Essa mentira de que os governadores estão estocando vacinas, repetida por aliados do presidente Jair Bolsonaro, incluindo seus filhos e o ministro Onyx Lorenzoni, acaba confundindo os incautos e sendo usada de má-fé pelos espertos.

Aos fatos. No Rio Grande do Sul, um dos alvos da mentira bolsonarista, o Ministério da Saúde já entregou 2.861.600 doses de vacinas, entre CoronaVac e AstraZeneca. Sabe quantas doses havia ontem no estoque da central de armazenamento e distribuição? Exatamente 14.530 (o equivalente a 0,5%), que fazem parte da reserva de contingência determinada pelo Ministério da Saúde. As outras 2.847.070 foram todas entregues aos municípios, que estão aplicando de acordo com a sua capacidade.

Por que a diferença tão grande com o que aparece no site do Ministério da Saúde? Porque o ministério inclui no sistema os números de doses enviadas no momento em que manda os lotes para os Estados. As prefeituras, responsáveis pela vacinação, não conseguem fazer o lançamento dos dados da aplicação em tempo real. Não conseguem porque deram prioridade à aplicação das vacinas, em detrimento do processo burocrático de alimentar o banco de dados do Ministério da Saúde com as informações dos vacinados.

Responsável pela vacinação em Porto Alegre, o coordenador da Vigilância em Saúde, Fernando Ritter, atesta que é verdadeira a afirmação da coordenadora do Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Cynthia Molina Bastos: o Estado não estoca vacinas.

- Quando as vacinas chegam, são conferidas, embaladas e distribuídas para as coordenadorias regionais o mais rápido possível -repete Cynthia, sempre que é questionada sobre o boato.

O ritmo de vacinação difere de município para município, mas nenhum "estoca" ampolas.

Os responsáveis apenas tratam de assegurar que não falte a segunda dose para os que estão completando 21 dias do recebimento da primeira, no caso da CoronaVac. A segunda dose do imunizante da AstraZeneca é aplicada três meses depois da primeira.

Em Porto Alegre, a defasagem entre o número de vacinas aplicadas e o lançado no sistema do Ministério da Saúde chegou a 75 mil no fim de semana. Com um mutirão nos últimos dias, baixou para 50 mil. Em outros municípios, a demora no lançamento dos dados é maior.

Aliás

Para tentar acabar com os boatos sobre a estocagem de vacinas, a prefeitura de Porto Alegre vai colocar computadores nos drive-thrus e a digitação dos dados será feita direto no sistema do Ministério da Saúde. O mesmo ocorrerá nas unidades de saúde.

Com isso, o cidadão que vai se vacinar deve se preparar para ficar mais tempo na fila.

Grupo quer adiar eleição do Cpers A eleição para o comando do Cpers-Sindicato já mobiliza os grupos que devem disputar a entidade. Ainda sem data marcada, a votação deve ocorrer em formato online.

A atual presidente, Helenir Schurer, que tentará o terceiro mandato, sugere que o pleito ocorra até o final de maio, porque a cedência para alguns dirigentes atuarem no sindicato se encerra em 1º de junho, e a vacância prejudicaria a entidade.

O grupo de oposição Muda Cpers, que deve apresentar chapa liderada por Candida Rossetto, pleiteia o adiamento para quando houver "segurança sanitária" para a discussão do futuro do sindicato nas bases.

Uma terceira força, liderada pela ex-presidente Rejane de Oliveira, também deve concorrer.

Saúde terá mais R\$ 23,1 milhões Com o remanejamento das emendas de 33 deputados estaduais ao orçamento de 2021, a Saúde ganhará mais R\$ 23,1 milhões. Outros R\$ 23,7 milhões já estavam direcionados para a Saúde e foram mantidos intactos.

Com isso, a área mais demandada neste ano de pandemia terá R\$ 48,8 milhões das emendas parlamentares.

O movimento para remanejar as emendas foi iniciado pelo líder do governo na Assembléia, Frederico Antunes (PP). Os deputados tiveram até 31 de março para redirecionar os recursos. Afora as emendas, a Assembléia abriu mão de parte do seu orçamento em favor da saúde.

#### Estímulos ao desenvolvimento

Passada a fase dos projetos polêmicos, o governador Eduardo Leite apresentou ontem a deputados aliados um conjunto de propostas para estimular o desenvolvimento econômico. Ainda falta a **reforma tributária**, que, por enquanto, está congelada.

- Esses projetos acabam sendo ainda mais importantes em um contexto de retomada econômica pós-pandemia. Tivemos de tomar medidas restritivas que afetaram a economia e, dentro dessa lógica de apoio à retomada, estamos dando mais esse passo - disse Leite aos deputados.

O pacote de sete projetos encaminhados à Assembléia contempla mudanças no Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (Proedi) e no Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem), a implementação de um marco legal do gás natural e benefícios para silos metálicos e resinas. Inclui ainda a eliminação de entraves à importação, por meio do Programa de Incentivos à Cadeia Produtiva de Veículos de Transporte de Carga, contragarantias a empréstimos do BRDE e estímulo à aquicultura.

A reforma do Fundopem consiste basicamente na redução da burocracia. A documentação exigida será mais simples, levando em consideração os dados disponíveis no Estado e a presunção de boa fé do usuário. O tempo médio para início da fruição cairá de 435 para 282 dias.

#### Ministro estará no RS hoje

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, fará hoje sua primeira visita ao Rio Grande do Sul. A agenda ficará restrita ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC), onde deve chegar às 10h30min.

O superintendente do GHC, Cláudio Oliveira, esteve com o ministro no dia 24 de março e o convidou para conhecer o complexo. Oliveira confirma que Queiroga visitará uma ala do Hospital Nossa Senhora da Conceição inaugurada em março, com 55 leitos para

pacientes com covid-19. O ministro pediu também para visitar a UTI.

- Estamos tomando todas as precauções para não colocar o ministro nem os pacientes em risco - diz o superintendente.

0 DEPUTADO ERNANI POLO (PP) CONTINUA INTERNADO NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE, EM TRATAMENTO CONTRA A COVID-19. POLO ESTÁ HOSPITALIZADO DESDE O DIA 31 DE MARÇO. ONTEM, A ASSESSORIA INFORMOU QUE POLO "APRESENTOU ESTABILIDADE DA LESÃO PULMONAR", MAS QUE AINDA INSPIRA CUIDADOS E NECESSITA DO USO CONTÍNUO DE OXIGÊNIO.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

# Governo ignorou R\$ 29 bi para auxílio

## AGÊNCIA GLOBO

O governo federal não gastou R\$ 28,9 bilhões dos recursos autorizados para o auxílio emergencial no ano passado. O valor corresponde a mais de um terço dos R\$ 80,7 bilhões do orçamento destinado ao combate à pandemia da Covid-19 que não foi executado no ano anterior. Os números foram destacados no estudo "Um país sufocado" Balanço do Orçamento Geral da União 2020", do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), publicado nesta quarta-feira.

A avaliação da entidade é que, aliado ao discurso de contenção do gasto público, o governo demorou muito a aplicar os recursos que foram separados para mitigação de efeitos da pandemia. No caso do auxílio emergencial, dos R\$ 322 bilhões autorizados, só foram efetivamente pagos R\$ 293 bilhões, destaca o levantamento.

Livi Gerbase, assessora política do Inesc, lembra que a "sobra" de recursos é equivalente aos gastos de um ano do programa Bolsa Família, que custou em média R\$ 30 bilhões até o período anterior à Covid-19. "Os recursos demoraram muito tempo para chegar às mãos das pessoas que precisaram e acabou sobrando dinheiro, inclusive do auxílio emergencial, porque houve uma redução do benefício", argumenta Livi, fazendo referência à diminuição do benefício, que passou de cinco parcelas de R\$ 600 para quatro de R\$ 300.

Os quase R\$ 29 bilhões que não foram gastos no ano passado equivalem a 66% do orçamento reservado para o pagamento do auxílio emergencial em 2021, que estabeleceu limite bem mais baixo que o do ano passado. O limite deste ano está estipulado em R\$ 44 bilhões, como consta na proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. Uma das consequências desse orçamento menor é que os valores do benefício deste ano estão bem mais baixos que os do ano passado. A analista pondera que em 2020 o auxílio emergencial foi a principal medida política de combate à pandemia, que consumiu mais da metade dos recursos extraordinários, mas estava inserida em um contexto de mais planos de mitigação.

Para esse ano, a demora em pagar o benefício diante do recrudescimento da pandemia e a não retomada de ações como o programa de manutenção do emprego e renda (BEm) e as linhas de financiamento para as empresas, tornam o cenário mais delicado. O governo

já confirmou que vai reeditar esses programas, mas ainda falta definição de fontes de financiamento. O impasse em relação à sanção do orçamento também provoca mais atrasos. "O auxílio emergencial vai ser muito mais necessário porque a crise econômica e a crise sanitária se mantêm, e o auxílio fica sendo o último colchão de proteção, já que não temos a manutenção de outras políticas", analisa.

O problema, neste caso, é o novo valor do benefício. Para caber no limite de R\$ 44 bilhões, o novo auxílio emergencial será pago a menos pessoas e terá valores menores. O benefício médio será de R\$ 250, sendo que pessoas que moram sozinhas receberão R\$ 150 e mulheres chefes de família, R\$ 375. O Inesc defende que o governo retome os pagamentos de R\$ 600 até o fim da pandemia. "Esse auxílio emergencial não permite isolamento, quarentena. Ele é realmente muito aquém do que as pessoas necessitam. A campanha pelos R\$ 600 até o fim da pandemia é porque entendemos que as necessidades básicas da população são mais importantes do que as regras fiscais", defende.

Ela lembra que, apesar da sobra de recursos de 2020, não houve uma programação para evitar o hiato no pagamento este ano porque o governo tinha convicção do arrefecimento da situação sanitária. O instituto fez outras recomendações, além da ampliação do valor do auxílio emergencial. Para o Inesc, é preciso acabar com o teto de gastos e revisar as regras fiscais vigentes no país, manter as políticas monetárias e fiscais expansionistas, promover uma **reforma tributária** progressiva e fiscalizar mais e controlar melhor a execução de gastos de enfrentamento à pandemia. Além das sobras dos recursos autorizados para uso em ações de combate à pandemia, o Inesc também destacou a lentidão na execução dos gastos da saúde.

### Site:

<https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1707#book/28>

# Fim prematuro de auxílios pode retardar recuperação, diz FMI

**Eduardo Cucolo** são paulo

O FMI (Fundo Monetário Internacional) alerta para o risco de uma retirada prematura de medidas de apoio fiscal, o que pode retardar a recuperação econômica global. Para o Fundo, a ação governamental é o meio de evitar que o aumento das desigualdades gerado pela pandemia resulte em chances injustas de sucesso de vida.

As afirmações são parte do relatório "Monitor Fiscal - Uma dose justa", divulgado nesta quarta-feira (7), que destaca a necessidade de um programa de imunização amplo e de medidas para reduzir as desigualdades que devem se ampliar com a pandemia.

"As prioridades da política fiscal incluem apoio contínuo conforme necessário, enquanto a vacinação prossegue e a recuperação se fortalece", diz o Fundo no relatório. "Em geral, quanto mais tempo durar a pandemia, maior é o desafio para as finanças públicas."

No texto, o FMI afirma que a vacinação global pode ser o projeto público com o maior retorno já identificado, ao promover ganhos de crescimento e redução nas despesas com programas de auxílio a famílias e empresas.

Segundo o Fundo, o custo da vacinação global se pagaria com o mercado de trabalho e uma atividade econômica mais fortes, que levariam ao aumento da arrecadação de **impostos** e à redução considerável das medidas de apoio fiscal.

Em um ano de pandemia, o gasto mundial com apoio fiscal alcançou US\$ 16 trilhões - o **PIB** da China em 2019.

"A vacinação global pode muito bem ser o projeto público com o maior retorno já identificado", afirma Vitor Gaspar, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI.

"A corrida para a vacinação está acelerando, mas o progresso é muito desigual em todos os países e regiões do mundo. Se o progresso na vacinação for acelerado para atingir todos, os benefícios de saúde, econômicos e sociais seriam enormes."

Gaspar diz também que um ciclo vicioso de desigualdade pode se transformar em uma rachadura sísmica política e social. Ele defende ser necessário garantir acesso a serviços públicos básicos (saúde, educação e segurança social) e fortalecer políticas redistributivas. "Essas fortes demandas no setor público exigem um bom governo."

Segundo o Fundo, é crucial garantir o acesso justo a vacinas seguras e eficazes para todos, começando com os trabalhadores da linha de frente e aqueles em grupos de alto risco, independentemente das fronteiras nacionais. "Cooperação global, incluindo suporte financeiro para o Covax [consórcio global de vacinas dirigido pela Organização Mundial da Saúde], é necessário para fornecer suprimentos para países com atrasos nos esforços de vacinação."

Até que a pandemia seja controlada globalmente, diz o FMI, a política fiscal deve permanecer flexível e apoiar os sistemas de saúde, as famílias, as empresas viáveis e a recuperação econômica.

Déficit do Brasil em 2020 fica atrás apenas do dos EUA

O Fundo calcula que as contas do setor público, em nível mundial, continuarão com déficits em patamares elevados em 2021 e passarão por um ajuste fiscal mais forte a partir de 2022. Elas voltariam ao nível pré-crise a partir de 2026.

Com um dos maiores pacotes de estímulo econômico do mundo em 2020, o Brasil ficou entre os três maiores resultados negativos entre as economias mais relevantes (13,4% do **PIB**), ao lado do Reino Unido e abaixo dos EUA (15,8% do **PIB**).

O FMI projeta que a economia brasileira fará um ajuste fiscal relevante neste ano, com a redução do gasto com auxílio ajudando a reduzir o déficit para 8,3% do **PIB**, abaixo da média das economias avançadas e de emergentes como China, Índia e África do Sul. Nos anos seguintes, no entanto, o Brasil voltaria a se destacar entre os maiores déficits.

O Fundo diz que a incerteza quanto às perspectivas fiscais é excepcionalmente alta. Por um lado, vacinações mais rápidas podem acelerar o fim da

pandemia, aumentando a arrecadação.

Mas, por outro, há fatores que podem inibir a recuperação, como uma retração econômica mais prolongada.

A dívida pública média mundial cresceu de 83,7% para o patamar inédito de 97% do **PIB** em 2020. O FMI projeta um aumento para cerca de 99% do **PIB** mundial em 2021, quando o indicador deve se estabilizar.

A dívida bruta do Brasil passou de 87,7% para 98,9% do **PIB** em 2020 e deve chegar a 98,4% no fim do ano. Depois, iria até 101,7% em 2026.

O cálculo do FMI é diferente do do BC, que estima a dívida em 90% ao **PIB**, pois não inclui, por exemplo, os títulos do Tesouro em seu poder.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

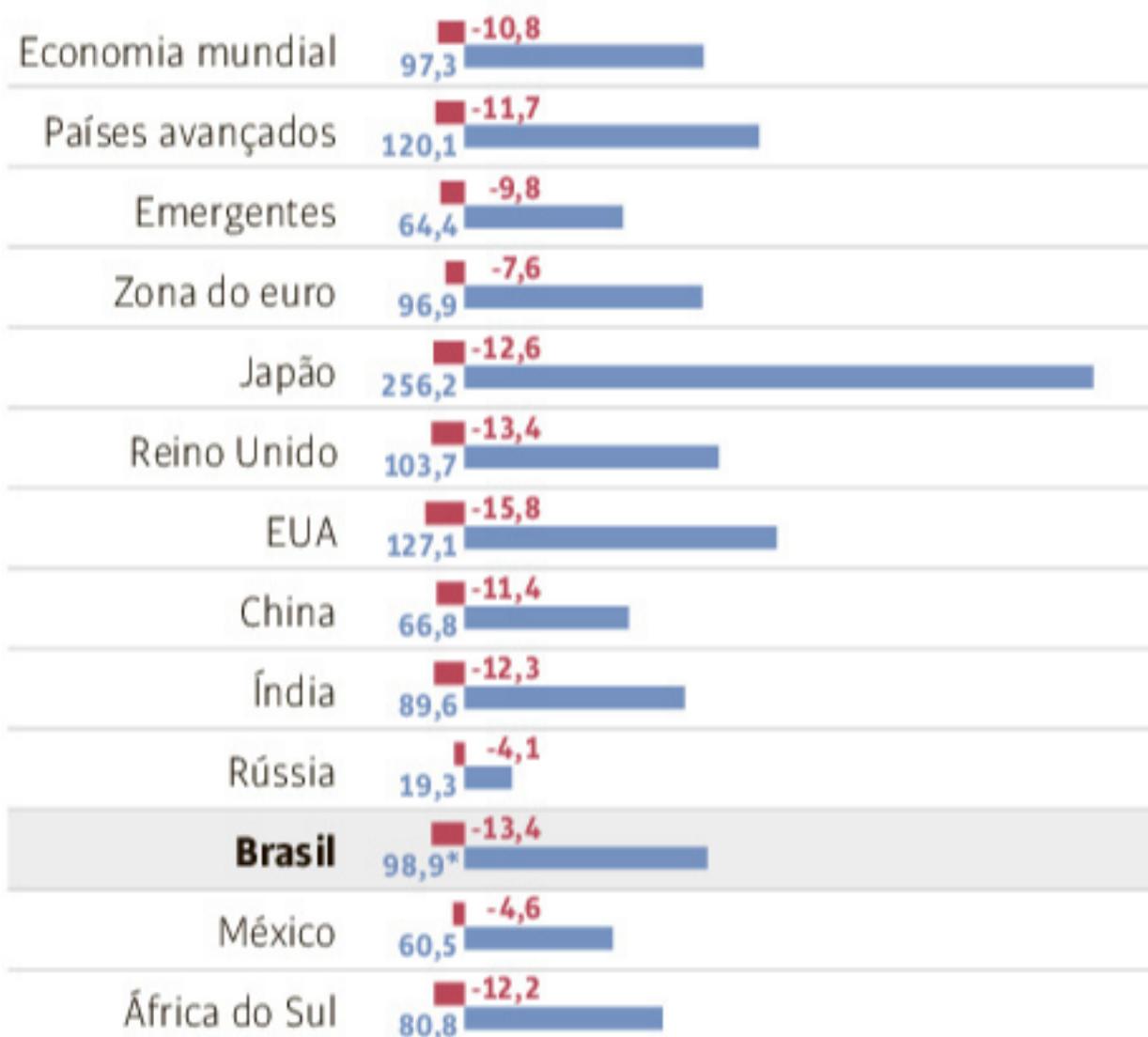
90

## Déficit do Brasil em 2020 ficou atrás apenas dos EUA entre grandes economias, diz FMI

Em % do PIB

■ Deficit nominal

■ Dívida bruta



\*Pela metodologia brasileira, a dívida bruta está em cerca de 90% do PIB  
 Fonte: FMI (Fundo Monetário Internacional)

# FecomercioSP critica governos e afirma que haverá falência recorde de empresas

**Bruna Narcizo** *sao paulo*

A Fecomercio SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) atendeu a um pedido dos sindicatos associados e resolveu se manifestar publicamente pedindo que as empresas voltem a trabalhar.

A entidade lançou nesta quarta (7) um manifesto intitulado "As empresas precisam voltar a trabalhar", em que critica a ausência de coordenação entre os governos federal, estaduais e municipais no combate ao coronavírus.

Também reclama da demora na aprovação de benefícios para empresas que estão fechadas em razão de de terminações de estados e municípios e cobra valores pertinentes para o auxílio emergencial repassado à população.

"Não adianta falar com os governos. Nada foi feito até agora. Estamos cansados de sugerir, falar, propor. Está difícil", afirma Abram Szajman, presidente da FecomercioSP. \*

Como o governo lidou com a pandemia? Não houve uma unificação de ideias e planos, e isso foi muito prejudicial. Se houvesse um plano geral, as coisas teriam transcorrido de maneira melhor.

Que tipo de plano geral? Ter comprado vacina na época certa. Ter feito um plano unificado de distribuição da vacina entre os governos, protegido as empresas, com expansão dos prazos de pagamentos dos **impostos** e todo um conjunto de medidas que não foram tomadas.

Que conjunto de medidas? Mais crédito emergencial, suspensão e parcelamento de **tributos**, flexibilização trabalhista. Como as empresas podem aguentar? Vamos ter um nível de falências recorde. Como as empresas de comércio e serviços estão fechadas, não podem pagar imposto, conta de luz e telefone. São problemas que se arrastam desde o ano passado.

Qual a saída? Ampliar a vacinação. Quanto mais rápido melhor, porque ajuda a abrir as lojas e atividades de serviços. Além da vacinação precisa ter fiscalização.

Que tipo de ajuda as empresas querem? O governo do estado [de São Paulo] abriu uma linha de R\$ 100 milhões para restaurantes e empresas de serviços. Pedimos a expansão dos prazos de pagamentos. O pessoal ficou sem trabalhar muito tempo, não tem recursos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49490>

## Para que ter regras fiscais? (2)

**Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio**

Votação do Orçamento escancarou a fragilidade das contas públicas do Brasil

A votação do Orçamento de 2021 escancarou a disputa por verbas e a fragilidade das contas públicas do Brasil. Ao cortar despesas obrigatórias para abrigar emendas parlamentares, o Congresso pôs em risco todas as regras fiscais do país. Já o próprio governo, ao não atualizar os parâmetros que servem de base para calcular as despesas, aniquilou a transparência orçamentária, deixando um rombo para ser resolvido mais adiante.

Por que um país tem mais de dez regras fiscais se suas lideranças estão a todo momento tentando driblá-las? Por que devemos esperar que restrições sejam eficazes quando vão contra as preferências dos eleitores?

Regras fiscais surgiram justamente como resposta às deficiências do processo de construção do Orçamento, no qual políticos tendem a demandar gastos e exercer pressões que desequilibram as contas públicas.

É o conhecido viés dos benefícios concentrados e custos dispersos. Gastos, em geral, se concentram em um grupo restrito de beneficiários, representando forte incentivo para que grupos de interesse façam campanha pelo seu aumento.

Por outro lado, os reflexos de maiores gastos são, em geral, mais **impostos**, alta da **inflação** e perda da confiança - e afetam toda a população. A situação fica mais grave quando os custos não são percebidos de imediato. É aí que a tendência deficitária encontra um ambiente extremamente propício para se desenvolver.

No mundo prático, as regras fiscais buscam permitir que a trajetória da dívida seja vista como sustentável, a despeito da existência do viés. Elas são desenhadas para incentivar que a escolha entre o nível de gastos e os **impostos** seja feita com racionalidade econômica, e não de acordo com o sentimento político.

Orçamentos deficitários ou superavitários passam então a depender das condições econômicas. A execução de uma política fiscal anticíclica permite que a economia se ajuste eficientemente a choques exógenos.

Em "fiscalRules.-Theoretical Issues and Historical Experiences" ("Regras Fiscais: Questões Teóricas e Experiências Históricas"; em tradução livre), Charles Wyplosz analisa a experiência de diversas regras fiscais. Com base em uma ampla evidência empírica, argumenta que estas não são necessárias nem suficientes para alcançar disciplina fiscal, mas ajudam bastante. As regras mais duradouras não são tão rígidas a ponto de serem inexecutáveis. Já aquelas muito frouxas se tornam inúteis rapidamente. Achar o meio-termo entre os extremos e criar exceções às regras exigem muito cuidado.

O FMI, em "Fiscal Rules, Escape Clauses, and Large Shocks" (Regras Fiscais, Cláusulas de Escape, e Grandes Choques, em tradução livre), examina como os países aplicaram as cláusulas de escape de suas regras fiscais durante a pandemia.

O Brasil foi incluído nos casos bem-sucedidos. A aprovação de um "Orçamento de Guerra" específico para enfrentar a pandemia permitiu a suspensão de todas as restrições fiscais por um certo período. No entanto, a experiência com cláusulas de escape é inequívoca: o processo deve ser transparente para que a apropriada regra não seja colocada em xeque.

É justamente esse caminho que o Brasil está trilhando agora. A PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial deveria ser a contrapartida para a expansão do auxílio emergencial. No entanto, sua desidratação aumentou a percepção do risco de sustentabilidade da dívida.

A possibilidade da decretação do "estado de calamidade" definido pela PEC constitui um verdadeiro "cheque em branco", ao permitir ao governo gastar acima do teto sem compensações neste ano. Essa perspectiva tende a ser cada vez mais concreta, dada a piora das condições sanitária e econômica neste primeiro semestre.

A aprovação do Orçamento foi outro "baque" nas regras fiscais: ao inviabilizar o funcionamento da máquina pública, traz a perspectiva de que o teto de gastos será furado. Essa incerteza não diminuirá com uma recomposição parcial dos gastos obrigatórios subestimados ou com o anúncio de um contingenciamento substancial dos gastos discricionários. Diante do risco de paralisação da máquina pública, encontraremos soluções criativas para o cumprimento do teto ou jogaremos parte da conta para 2022.

O sucesso das regras fiscais depende do meio político em que são aplicadas. Sua eficácia resulta da disposição dos governos em operar obedecendo a restrições. Não é esse o quadro do Brasil atual. O Executivo não tem nenhuma convicção de que é preciso perseverar no ajuste fiscal, enquanto o Legislativo gera impasses que ameaçam desmontar as regras existentes.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**90**

# Covid e falta de peça pararam 50% das fábricas de veículos



**Cleide Silva**

A combinação do aumento de casos de covid-19 com a falta de componentes levou ao fechamento de metade das 60 fábricas de montadoras no País nas últimas duas semanas e 65 mil funcionários ficaram em casa, o equivalente a 60% da mão de obra do setor, sem contar o pessoal que já estava em home office.

A maioria retomou atividades na segunda-feira, mas dez seguem fechadas, com um total de 5 mil trabalhadores em licença ou férias coletivas. Novas paradas podem ocorrer nas próximas semanas em razão da escassez de semicondutores, problema também gerado pela pandemia e que afeta a indústria global.

O problema da falta de chips, que já paralisou fábricas em vários países desde o fim do ano passado, ainda não foi resolvido, informa o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, e a previsão é que se estenda até o fim do ano.

A General Motors vai manter a fábrica de Gravataí (RS) fechada pelo menos até o fim de maio. É lá que o Onix, carro mais vendido no mercado brasileiro por vários anos seguidos, é produzido. Com a paralisação das linhas, ocorrida no início de março, o modelo está em falta e ficou em terceiro lugar em vendas no mês

passado, atrás da picape Fiat Strada e do compacto Hyundai HB20.

A fábrica do grupo em São José dos Campos (SP) opera com apenas um turno na linha da picape S10 e 600 funcionários estão em lay-off (com contratos suspensos) inicialmente por dois meses, mas podendo se estender por mais tempo. Já a unidade de São Caetano do Sul, no ABC paulista, que produz o SUV Tracker, entre outros modelos, parou uma semana para acompanhar a Prefeitura local, que antecipou feriados para tentar conter o avanço da covid-19.

Assim como a GM, outras 13 fabricantes, com um total de 30 fábricas, ficaram paradas de sete a 12 dias, entre as quais Volkswagen, Renault, Toyota, Hyundai, Mercedes-Benz, Scania, Volkswagen Caminhões e Ônibus e Volvo. Entre as que só retornam na próxima semana estão Nissan, Honda e Jaguar Land Rover. A Mercedes-Benz retomou atividades na segunda-feira, mas está fazendo um rodízio em que a cada 12 dias um grupo de 1,2 mil trabalhadores entra em férias coletivas.

Números. Apesar das paralisações, a produção de veículos em março somou 200,3 mil veículos, incluindo caminhões e ônibus, uma alta de 1,7% em relação a fevereiro e de 5,5% na comparação com março do ano passado, quando teve início a pandemia de covid-19. No acumulado do trimestre foram fabricadas 597,8 mil unidades, queda de 2% em relação ao mesmo período de 2020.

"É um resultado interessante, tendo em vista o cenário atual", avalia o presidente da Anfavea, ressaltando que março teve três dias úteis a mais que fevereiro e que ainda há carros incompletos nas fábricas à espera de algum componente.

Mesmo com parte das concessionárias fechadas por medidas restritivas em vários Estados, foram vendidos no mês passado 189,4 mil veículos, também com melhora de 13,1% ante fevereiro e de 15,7% ante março de 2020. No trimestre, a queda é de 5,4% ante 2020, para 527,9 mil unidades.

**Estoque baixo**

100 mil veículos é o estoque nas fábricas e vendas desde dezembro, número suficiente para 15 a 16 dias

de vendas. Modelos têm fila de espera de até três meses

Ambiente político brasileiro assusta matrizes

Não bastassem os efeitos da falta de componentes e do aumento dos casos da covid-19, o setor automotivo reclama do ambiente político brasileiro que, segundo o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, está assustando as matrizes justamente num momento em que várias empresas estão negociando investimentos para projetos futuros no País. "Houve muitos ruídos políticos inaceitáveis nessas últimas semanas e isso não ajuda, ao contrário, assusta as matrizes", diz.

Moraes afirma que é difícil explicar a situação de insegurança jurídica no País e reclama da lentidão no programa de vacinação e da falta de debate adequado para a aprovação do Orçamento.

"Fomos surpreendidos com a proposta que aumenta as despesas obrigatórias e cria espaços para emendas parlamentares num momento em que temos 14 milhões de desempregados e pessoas passando fome num País que é campeão em produção de alimentos", reforça.

"Tem gente em Brasília que só se preocupa com a eleição de 2022, enquanto o País vive uma crise sanitária gravíssima, o consumo desacelera e vemos uma queda importante do **PIB** no primeiro trimestre e talvez no segundo", diz Moraes, que também criticou a demora do governo em aprovar a MP 936, que prevê ajuda do governo em programas de redução de jornada e salários para evitar demissões.

Moraes afirma ainda que a indústria automobilística tem ajudado no combate à pandemia com doação de equipamentos, máscaras e que também tem interesse em adquirir vacinas para os funcionários e seus familiares. "É uma agenda que depende do Congresso, de aprovação da Anvisa e disponibilidade lá fora, mas, se for possível, gostaríamos de comprar vacinas ainda este ano."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil destoa do otimismo para economia global (3)

O FMI anunciou anteontem projeções otimistas para a economia global: crescimento de 6% neste ano e 4,4% no ano que vem. A contração no ano passado também ficou em apenas 3,3%, 1,1 ponto percentual aquém do que o fundo projetava em outubro. Boa parte do otimismo resulta da recuperação chinesa e da adaptação das economias às restrições impostas pela pandemia. Com a expansão da vacinação e a manutenção de estímulos fiscais em vários países, o FMI agora estima para 2021 um crescimento 0,8 ponto acima do que previa em outubro. O Brasil, contudo, continua a destoar do resto do mundo.

O crescimento brasileiro, projetado em 3,7%, ainda que melhor que o previsto ano passado, está quase um ponto aquém da média latino-americana (4,6%) e fica abaixo da maioria dos países da região (com exceção de Venezuela, Equador; Paraguai e Uruguai). Embora seja possível vislumbrar alguma recuperação no horizonte, nossos índices de desemprego e **inflação** continuarão em alta, diz o fundo, que praticamente não aponta melhora em relação às últimas previsões, feitas em janeiro.

Os motivos para as perspectivas pouco animadoras são conhecidos. Primeiro, a pressão do dólar e a **inflação** preocupante obrigaram o BC a inverter a trajetória de juros baixos, sem garantia de que o movimento tenha a mesma eficácia para conter os preços. Segundo, o quadro fiscal continua caótico, como testemunhamos na confusão que cerca a aprovação de um Orçamento fictício, na paralisia da agenda de reformas e na aprovação de uma PEC Emergencial insuficiente para resgatar a confiança de que não haja explosão da dívida nos próximos anos.

As previsões do Monitor Fiscal do FMI, divulgado ontem, são de um endividamento estratosférico e crescente, em tomo de 100% do **PIB** até 2026. Isso supondo o cumprimento rigoroso do teto de gastos, quando, como sabemos, tudo o que se debate hoje em Brasília são formas de romper o teto sem correr riscos legais. Essa incerteza política, decorrente dos acordos políticos de Bolsonaro com o Centrão e da consequente tramitação errática de reformas cruciais, como a tributária ou a administrativa, constitui o terceiro fator a contribuir para o cenário sombrio para a economia brasileira.

Há, por fim, o quarto - e mais premente - fator: o atraso

na vacinação. Vacinas são apontadas pelo FMI como motivo para as "recuperações divergentes" dos vários países. No caso brasileiro, o vacilo do governo para assegurar as doses necessárias chama a atenção quando olhamos para lugares que já retomam atividades normais. Mas, embora essencial para inverter as expectativas, só a vacinação será incapaz de nos tirar do buraco. Na comparação da economista Zeina Latift não adianta acreditar que, depois da pandemia, basta ligar o país de novo na tomada que tudo voltará a funcionar. A própria máquina está avariada.

"Depois de tantos excessos, a questão não se resume mais a haver ou não espaço legal para gastar mais", escreve ela em sua coluna no GLOBO. "Envolve principalmente as consequências econômicas, sobre a **inflação** e os juros, de elevar as despesas sem medidas compensatórias robustas, por meio de aprovação de reformas fiscais estruturais." Era nisso que o Congresso deveria concentrar sua atenção, e não nos malabarismos contábeis e na prestidigitação orçamentária para tentar driblar o teto de gastos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Orçamento: Congresso nega acordo e ameaça retaliação



**MANOEL VENTURA, GERAL DA DOCA, BRUNO GÓES, PAULO CAPPELLI E JOÃO SORIMA NETO**  
*economia@oglobo.com i>r BRASÍLIA ESÍO MULO*

Em um impasse com o Congresso em torno do Orçamento, o governo foi alertado pela cúpula do Legislativo que, se insistir em vetar todas as emendas parlamentares que inflaram o projeto, pode ter de lidar com uma retaliação: a perda de apoio de líderes em votações de interesse do Palácio do Planalto. O recado foi dado ao ministro-chefe da Casa Civil pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em jantar na terça-feira, segundo fontes.

O governo aposta, desde o início do ano, em uma base parlamentar apoiada no bloco de partidos do centrão para avançar em medidas estratégicas, inclusive a agenda econômica. O plano incluiu o apoio a Lira e Pacheco nas eleições para o comando do Congresso, em fevereiro. Entre as pautas prioritárias, estão projetos para privatizar a Eletrobras e os Correios, além das reformas administrativa e tributária.

O encontro foi mais um capítulo da série de desentendimentos entre parlamentares e o Executivo sobre a proposta orçamentária. Para técnicos da equipe econômica, a manobra que subestimou despesas obrigatórias e inflou o valor de emendas descumpra regras fiscais.

O impasse da véspera continuou após um aguardado parecer da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) não apontar medidas a serem feitas. No documento, o órgão pediu informações ao Ministério da Economia e à Casa Civil e ainda colocou em dúvida qual ministro deveria ser relator do processo: Bruno

Dantas, responsável por acompanhar gastos do governo no ano passado; ou Aroldo Cedraz, relator das contas de Jair Bolsonaro em 2021.

**LIRA: "NÃO TEM PROBLEMA"**

Os parlamentares deixaram claro na reunião que não aceitam romper o acordo feito com o Planalto para incluir no projeto deste ano R\$ 16,5 bilhões em emendas, valor negociado durante a tramitação da proposta que permitiu a volta do auxílio emergencial. Hoje, esse montante está em R\$ 29,5 bilhões. O plano dos líderes é ceder em R\$ 13 bilhões para fechar acordo.

A equipe econômica defende o veto dessas emendas para garantir a recomposição dos gastos obrigatórios e evitar que o governo seja acusado de crime de responsabilidade. Nessa estratégia, depois do veto, o governo enviaria um projeto para recompor as despesas do Orçamento e verbas de emendas parlamentares. Ontem, em reunião com Ramos e a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou a posição.

Uma nova rodada de reuniões está prevista para hoje, segundo líderes do Congresso. Nos bastidores, Lira tem dito a interlocutores que Guedes rasgou o acordo firmado durante a tramitação do texto.

Para Lira, o Orçamento não tem falhas técnicas. Segundo ele, é preciso cumprir acordos e, se houver excesso, corrigi-los. Para ele, não há risco de crime de responsabilidade sobre Bolsonaro em caso de sanção do texto, como afirma a equipe econômica.

- Tecnicamente o Orçamento não tem problema. Absolutamente, nem para o presidente (da República), nem para os órgãos que dele precisam para fazer a política pública se desenvolver no ano de 2021 -disse Lira ontem, antes da sessão na Casa.

De forma reservada, os parlamentares buscam derrubar a tese de crime fiscal caso Bolsonaro sancione o projeto. Eles alegam que isso já teria acontecido, já que ter ia havido gestão temerária da equipe econômica ao não atualizar parâmetros de **inflação** e valor do salário mínimo na proposta, o que dificultou as estimativas de gastos com benefícios

previdenciários e sociais. Na prática, parlamentares avaliam que, se há erro em sancionar o Orçamento tal como está, não mandar a mensagem modificativa ao Congresso já seria uma irregularidade.

A linha de defesa do Congresso é que o Orçamento não teve erro na sua forma e que há apenas discordância de mérito. A estratégia é destacar que a competência para aprovar o Orçamento é do Legislativo, que se recusa a ser um mero carimbador dos projetos do Executivo, disse uma fonte.

#### RUÍDO POLÍTICO E INCERTEZA

Enquanto o impasse no Orçamento persiste, o setor produtivo já faz críticas à demora para um acordo. O presidente da Anfavea, associação das montadoras, Luiz Carlos Moraes, mostrou preocupação com a crise do Orçamento, ao divulgar alta de 5,5% na produção de automóveis em março:

- Tem muita gente pensando na eleição de 2022 em Brasília, e isso traz ruído político e incertezas.

Para o executivo, isso afeta a atração de investimento:

-Somos os maiores embaixadores dos investimentos junto às matrizes. Mas fica difícil explicar o que aconteceu com uma coisa básica que é o Orçamento.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Preço de commodities energéticas bate recorde

**Estevão Taiar**

O preço das commodities energéticas em reais atingiu no mês passado o maior valor da história, puxado pela retomada da economia global e pela desvalorização cambial no Brasil. A tendência, de acordo com analistas, é que esse movimento continue ao longo do ano à medida que a atividade econômica mundial ganhe ainda mais força.

O preço das commodities energéticas do índice de Commodities Brasil (IC-Br) cresceu 7,74% entre fevereiro e março, segundo o Banco Central (BC). Com isso, superou em 5,71% o pico anterior, registrado em setembro de 2018. Fazem parte desse grupo petróleo Brent, gás natural e carvão - os produtos básicos energéticos mais relevantes para o comércio exterior do Brasil. Em 12 meses, o preço dessa cesta quase dobrou, com alta de 92,47%.

"Estamos em um momento global positivo para commodities", afirma João Fernandes, economista da gestora Quantitas.

Tanto o IC-Br completo quanto os outros dois grupos que compõem o indicador (agropecuárias e metálicas) já haviam atingido nos últimos meses as suas respectivas máximas históricas - a série do BC tem início em 1998. O IC-Br, por exemplo, acumula alta de 66% em 12 meses. Já o Commodity Research Bureau (CRB), equivalente internacional ao indicador brasileiro, registra expansão de 49,96% no período.

"Depois da forte paralisação [econômica] de 2020, a recuperação deste ano está pressionando os preços de energia", afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Para o resto do ano, a tendência é que essa pressão se mantenha."

Ele destaca as projeções de crescimento de mais de 6% para as economias americana e chinesa em 2021 e mudanças no ritmo de produção estabelecidas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

"No curto prazo, não será difícil ver o barril [de petróleo] passar de US\$ 70, mesmo que não fique muito tempo nesse patamar", diz. "Quando juntamos com isso a forte depreciação do real, está montado um cenário de pressão recorrente no setor de energia ao

longo do ano."

Fernandes, da Quantitas, chama a atenção também para os ruídos políticos e fiscais pelos quais o Brasil vêm passando, que pressionam o câmbio. "Temos muitos problemas internos, de ordem fiscal, uma dificuldade a respeito do teto de gastos, a pandemia", afirma. "O real sente muito esse ambiente."

O próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem afirmado que fatores como os pacotes fiscais do governo americano vêm pressionando os preços de commodities de uma forma geral.

Na reunião em que aumentou a taxa básica de juros de 2% ao ano para 2,75% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) também havia destacado a alta dos preços em reais dos produtos básicos.

"A continuidade da recente elevação no preço de commodities internacionais em moeda local tem afetado a **inflação** corrente e causou elevação adicional das projeções para os próximos meses, especialmente através de seus efeitos sobre os preços dos combustíveis." Na ocasião, o colegiado disse que mantinha "o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue atento à sua evolução".

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Ativos reagem à declaração de Bolsonaro sobre Petrobras

**Marcelo Osakabe, Olívia Bulla, Felipe Saturnino, Gabriel Roca e Lucas Hirata De São Paulo**

Em um dia de instabilidade nos mercados locais, a direção dos ativos domésticos só foi definida na reta final do pregão. Comentários do presidente Jair Bolsonaro sobre a Petrobras intensificaram a busca por proteção no dólar e elevaram o prêmio de risco nos juros futuros, além de contribuir para zerar os ganhos do Ibovespa. A essa postura, se somou ainda a leve piora do ambiente global para moedas emergentes após a divulgação da ata da última reunião do Federal Reserve, e a persistente cautela com os rumos do fiscal no Brasil.

Com esse conjunto de fatores, o dólar comercial passou a ganhar terreno contra o real e fechou em alta de 0,74%, aos R\$ 5,6404, depois de oscilar entre perdas e ganhos mais cedo. Com isso, a moeda brasileira encerrou uma sequência de dois pregões de valorização - na semana, o dólar ainda cai 1,30%.

Já o Ibovespa fechou em alta de 0,11%, aos 117.624 pontos, apoiado, em grande medida, pela ações de Vale, siderúrgicas e outras exportadoras. A despeito desse avanço, os investidores evitaram o risco de papéis mais expostos ao cenário local, em meio ao pior momento da pandemia e a constante incerteza em torno da situação fiscal.

Um dos fatores cruciais para o movimento dos ativos locais ontem foi a reação negativa a comentários de Bolsonaro sobre a Petrobras. Em evento com a presença do novo presidente da estatal, general Joaquim Silva e Luna, Bolsonaro criticou decisões da gestão anterior da Petrobras e também disse que pode "mudar a política de preços lá".

As ações da Petrobras, que subiam mais de 1%, perderam força em resposta às declarações, que agravam a desconfiança no mercado sobre futuras decisões operacionais da companhia. No fechamento, Petrobras ON terminou em alta de 0,46% e Petrobras PN registrou perda de 0,08%. E vale lembrar que os papéis recuam 17% e 15% neste ano, respectivamente, afetadas justamente pelas preocupações com a interferência política.

No mercado de juros, as falas do presidente puxaram os contratos de prazo mais curto, como a taxa do DI

para janeiro de 2022, que subiu 4 pontos-base, indo para 4,70%; a taxa do contrato de 2027 foi de 8,88% a 8,91%. "A tensão política é o principal fator para os preços e a fonte usual de volatilidade", nota um diretor de tesouraria de um banco.

O contexto fiscal delicado também segue sendo fundamental para os movimentos do mercado, em um ambiente sem novidades em torno do desfecho do Orçamento. "Não teve um catalisador claro para o mercado de juros e vimos a taxa do [DI] janeiro de 2023 abrir bem. Essa curva de juros está precipitando um cenário de desancoragem fiscal com impactos para a **inflação**", diz Igor Barenboim, sócio e economista-chefe da Reach Capital e ex-secretário adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, citando que este não é o seu caso base.

Atualmente, Barenboim avalia que o juro básico precificado na curva para o fim de 2021, de cerca 6,5%, não deverá ser o ponto final do ciclo de normalização do BC. "Acho que não tem essa necessidade, dada a perspectiva para a atividade econômica e que a projeção de **inflação** [para 2022] ainda está ancorada", diz ele, mencionando que se trata de um prêmio de risco fiscal.

Em relação ao Orçamento, o Valor apurou que o Planalto sinalizou que irá vetar ao menos parcialmente o texto aprovado há duas semanas. A medida contraria o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O parlamentar já alertou que um eventual veto integral às emendas parlamentares - como agora defende a equipe do ministro Paulo Guedes - pode impor dificuldades ao governo para aprovar medidas prioritárias no Legislativo. Ontem, em reunião com a Casa Civil, Lira e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, haviam defendido o acordo costurado com Guedes, que implicava em um valor de R\$ 16,5 bilhões para emendas.

Analistas gráficos do Société Générale veem o dólar com dificuldade para se firmar em uma direção. Eles enxergam um ponto de suporte a partir de R\$ 5,53 e uma resistência nos R\$ 5,88. "Caso este seja rompido, a nova perna pode levar o câmbio às máximas históricas de R\$ 5,97", acrescentam.

Além disso, os investidores também acompanharam a divulgação da ata da última reunião do Federal

Reserve. No documento, o banco central americano reiterou que levará algum tempo para que os estímulos sejam retirados e classificou a reação dos Treasuries como bem-vinda, um sinal de otimismo sobre as perspectivas econômicas futuras, e que os riscos à **inflação** permaneciam "amplamente equilibrados". Por outro lado, alguns membros demonstraram preocupação de que as condições financeiras mais frouxas pudessem criar riscos à estabilidade financeira.

Na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), o Dow Jones avançou 0,05%, aos 33.446,26 pontos, enquanto o S P 500 subiu 0,15%, aos 4.079,95 pontos, registrando uma nova máxima histórica. O índice eletrônico Nasdaq recuou 0,07% e fechou o dia aos 13.688,84 pontos. Do outro lado do Atlântico, o índice pan-europeu Stoxx 600 terminou a sessão em queda de 0,22%, aos 434,32 pontos.

Já no mercado de renda fixa, os juros dos Treasuries de vencimento longo passaram a subir após a divulgação da ata do Fed e fecharam o dia em alta. O "yield" da T-note fechou o dia a 1,674%, de 1,658% do encerramento anterior, enquanto a taxa da T-bond de 30 anos avançou para 2,362%, de 2,324% da véspera.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186788](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186788)**